Privia | KRINOM

RELATÓRIO GLOBAL DE **ANÁLISE DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Análise realizada por:	Jenifer Tainara da Silva Cardoso
Encarregado de dados:	aguardando resposta

Documento gerado em 04 de novembro de 2026.

Campo Grande

NOVEMBRO DE 2026

Programa de adequação à LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei n.o 13.709 em 14 de agosto de 2018, representa um marco normativo de suma importância no cenário jurídico brasileiro, estabelecendo diretrizes claras e abrangentes para o tratamento de dados pessoais por organizações públicas e privadas. Seu escopo abarca tanto o âmbito offline quanto o online, visando assegurar os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e autodeterminação dos indivíduos.

No contexto empresarial, a conformidade com a LGPD tem sido alvo de significativa atenção e investimento, dada a complexidade e amplitude das obrigações impostas pela legislação. Nesse sentido, torna-se imperativo para as organizações adotarem uma abordagem estratégica e metodológica na sua jornada de adequação à LGPD.

O processo de adequação inicia-se com uma avaliação minuciosa das práticas de tratamento de dados pessoais existentes na organização, permitindo a identificação de áreas e processos que requerem especial atenção e intervenção. Essa avaliação serve como base para a elaboração de um plano de ação detalhado, contemplando medidas específicas para mitigar riscos e garantir a conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela LGPD.

Ademais, é essencial que as organizações promovam uma cultura de proteção de dados, mediante a implementação de políticas internas, procedimentos operacionais e treinamentos adequados para os colaboradores. A criação de mecanismos de governança e controle também se revela crucial para assegurar a efetividade das medidas adotadas e garantir a transparência e responsabilidade no tratamento de dados pessoais.

Nesse contexto, a jornada de adequação à LGPD não se restringe apenas à conformidade legal, mas representa uma oportunidade estratégica para as organizações fortalecerem sua governança de dados, promoverem a confiança dos stakeholders e consolidarem sua reputação como agentes responsáveis e éticos no tratamento de dados pessoais.

Sumário

1. RESUMO EXECUTIVO

1.1 Contexto analisado
1.2 Responsáveis organizacionais
1.3 Informações globais
1.4 Time consultivo
1.5 Nível de proteção de dados
1.6 Análise de criticidade de processos
    1.6.1 Registro de operações de tratamento de dados pessoais
    1.6.2 LIA
    1.6.3 RIPD
    1.6.4 Segurança de informações
    1.6.5 Fornecedores e/ou parceiros institucionais
1.7 Perfil de desempenho
1.8 Análise de riscos à proteção de dados

2. ANÁLISE REGULATÓRIA

3. PARECERES

4. RECOMENDAÇÕES

5. PLANOS DE AÇÃO

Sumário

6. ANEXOS

Anexo 1: Organograma
Anexo 2: Formulário | Governança de Dados
Anexo 3: Formulários | ROPA
Anexo 4: Formulário | Segurança de Informações
Anexo 5: Formulários | Operadores de Dados
Anexo 6: Análise de criticidade de processos | ROPA
Anexo 7: Análise de criticidade de processos | Seg. de Informações
Anexo 8: Análise de criticidade de processos | Fornecedores
Anexo 9: Modelo de avaliação de desempenho
Anexo 10: Análise de riscos associados à proteção de dados
Anexo 11: Planos de ação
Anexo 12: Lista de documentos disponíveis para consulta